

Substitutivo de Artur da Távola é derrubado

A Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação, derrubou ontem, por 37 votos contra 26, o substitutivo do relator Artur da Távola (PMDB-RJ). Rejeitando o substitutivo, considerado "progressista", a Comissão da Família tem prazo até a meia-noite de hoje, para discutir e votar os 747 destaques apresentados. Diante desse fato, o relator Artur da Távola admitiu que o tempo exigido será insuficiente para, após a discussão de tantos destaques, elaborar-se um novo substitutivo. Caso isso ocorra, caberá à Comissão de Sistematização, a elaboração do parecer final da Comissão da Família, amanhã.

Debaixo de protestos e intensas vaias provenientes da galeria, que pedia diretas e acusava os constituintes que haviam votado contra o substitutivo, de "vendidos", a sessão de votação do substitutivo estendeu-se por quatro horas. Insatisfeitos com o resultado, populares jogaram cédulas de cruzados, nos constituintes.

Artur da Távola lamentou que tenha prevalecido no resultado da votação, a corrente conservadora, no que levou em consideração apenas interesses pessoais. No entanto, advertiu que essa derrota irá ajudar os movimentos populares, em lutas como, por exemplo, do ensino livre gratuito em todos os níveis, que a partir de agora, certamente se mobilizarão ainda mais. "O povo vai julgar esses constituintes" — arrematou.

O lobby do grupo "conservador" que conseguiu derrubar o substitutivo, no qual estão incluídos tanto deputados do PFL como do PMDB, vinha articulando a vitória desde o início da sessão de votação, anteontem. Através de ofício do líder do PFL, José Lourenço, o partido, ao iniciar a votação na sexta-feira, pedia a transferência do deputado Pedro Canedo (PFL-GO), que fechava questão com os progressistas, em todos os temas da Comissão de Soberania e Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Canedo é autor de um dos artigos do substitutivo de Artur da Távola, justamente, o que determina ensino livre e gratuito para todos os níveis.

Suspensa a sessão de votação, gestões chegaram a ser feitas para que o constituinte goiano permanecesse na Comissão da Família, como representante do PC do B (Partido Comunista do Brasil), que não possuía nenhum representante na Comissão. Tudo em vão. Baseado no regimento interno, o presidente da Comissão da Família, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) — que votou contra o substitutivo — disse que o direito de indicação dos membros das Comissões, cabia exclusivamente aos líderes dos partidos, referendado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Pedro Canedo, por fim, saiu da Comissão da Família (Débora Maroja).

Ensino espera uma definição

O relatório do deputado Artur da Távola (PMDB/RJ) não agradou alguns membros da Comissão de Comunicação. Segundo os congressistas, um acordo, previamente estabelecido na Subcomissão de Educação previa a transferência de verbas do governo às escolas públicas desde que não fosse vedado totalmente o repasse de benefícios ao ensino privado de caráter filantrópico.

Agora, os deputados querem uma definição para que não hajam injustiças na área do ensino, nem contradições, quando se compara os capítulos da ciência e tecnologia com o da educação.

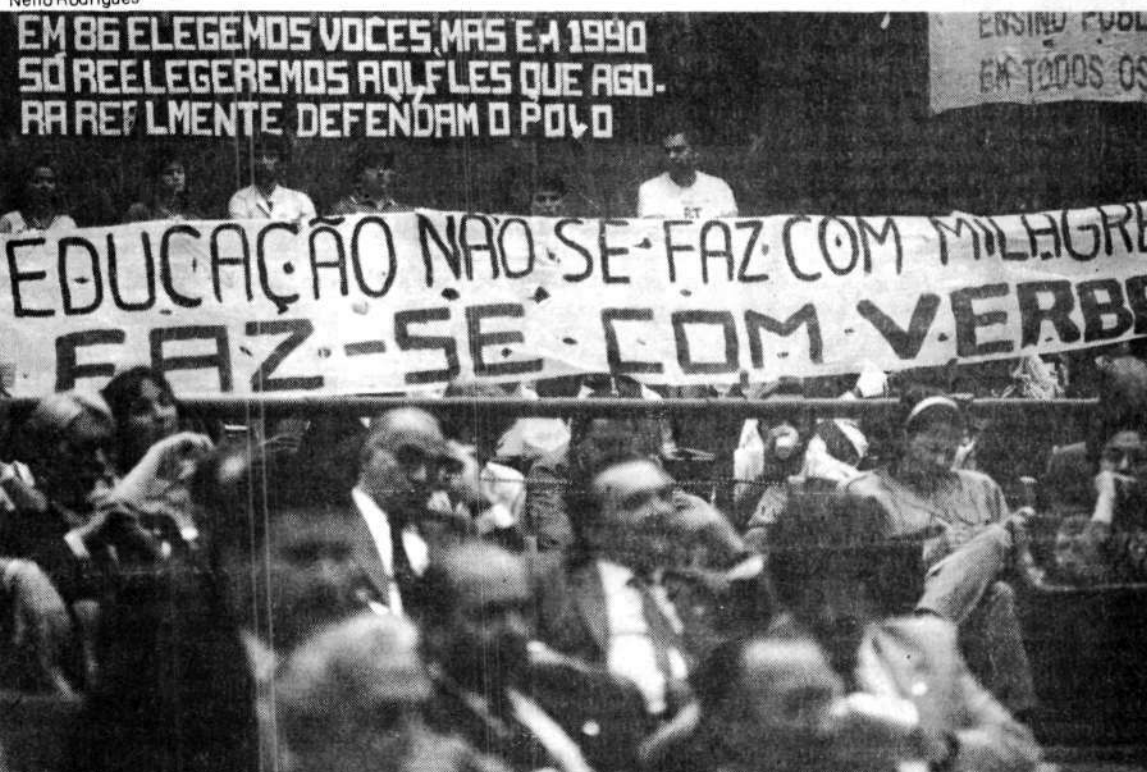
Embora descendente com a hipótese que, de maneira alguma, o país possa repassar verbas para instituições que visem lucro, a deputada Eunice Michiles (PFL/AM) pediu destaque para o problema da transferência de verbas que, segundo o relatório, devem ser concedidas exclusivamente para o ensino público.

Roseana deixa hospital onde foi operada

São Paulo — A filha do presidente da República, Roseana Sarney Murad, deixou às 10,15 horas o Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, acompanhada da mãe, d. Marly, do marido, Jorge Murad, e da filha Rafaela.

A alta hospitalar e médica ocorreu uma semana depois da cirurgia para extração de um pólipio no intestino, realizada pelo chefe do Serviço de Fígado do Hospital, Silvano Raia, que garantiu estar a paciente curada. Roseana saiu do Incor caminhando normalmente.

Nélio Rodrigues



A Comissão tem de discutir e votar, até à meia-noite de hoje, os 747 destaques apresentados

Organização do Estado

Municípios terão sua competência ampliada

A Comissão da Organização do Estado foi a primeira a encerrar os trabalhos às 3h40 da madrugada de ontem. Embora houvesse indícios de consenso, o relator, senador, José Richa (PMDB-PR), foi vencido na questão essencial: a criação de cinco novos estados — Tocantins, Tapajós, Maranhão do Sul, Santa Cruz e Triângulo — e a transformação em estados dos territórios de Amapá e Roraima.

Foram apresentados 305 destaques mas apenas um terço deles foi votado. Isso porque alguns autores de emendas não compareceram à sessão, o que regimentalmente retira da pauta suas propostas e, os demais caíram por semelhança com outros ou porque foram prejudicados no decorrer da votação. Não houve tumulto durante a reunião.

Ao estabelecer a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira para o Distrito Federal, a comissão deliberou por um governador Distrital, que será eleito juntamente com o próximo presidente da República para um mandato igual ao deste, e criou uma Câmara Legislativa, semelhante as assembleias estaduais, com vagas para três vezes o número



de deputados Federais, hoje oito.

Ao tratar da competência da União, dos estados e dos municípios a comissão fez algumas inovações. A principal delas é a que dá maiores poderes ao município, a exemplo da criação de juizados especiais singulares ou coletivos para pequenas causas, desde que a infração não signifique pena privativa de liberdade. A orientação de menores e a celebração de casamentos também será da competência municipal através de juizados de paz e de menores.

Atualmente, as Assembleias Legislativas, por iniciativa própria ou por mensagem do executivo estadual, elaboram a lei orgânica municipal e, em alguns Estados, apenas as grandes cidades têm esta prerrogativa. Agora, as câmaras de

vereadores terão competência para a feitura da lei, o que equivale a dizer que, com a eleição prevista para o próximo ano, o país terá vereadores constituintes.

As organizações comunitárias terão assegurada a participação no planejamento e no processo decisório municipal, uma institucionalização de práticas já existentes. Cada município definirá a questão como julgar melhor, e a participação corresponderá sempre ao nível de organização popular. Por outro lado, o ensino de 1º grau será da competência do município, que terá para esta finalidade auxílio do estado.

Uma das preocupações da comissão foi a de não incluir todas as atribuições do município na Constituição para facilitar a descentralização de poderes em relação ao estado e à união. Em um artigo, os constituintes estabeleceram que, salvo o que compete à união e aos estados, o resto será atribuição municipal.

A grande preocupação política da comissão foi refletida em um artigo: todo poder emana do povo e com ele será exercido, nos termos desta Constituição: hoje, o poder é em nome do povo.

Para Igreja, Carta nasceu viciada e não deve mudar

Memélia Moreira

A Constituição Brasileira, que está sendo escrita pelos 559 parlamentares eleitos em novembro do ano passado, nasceu viciada. Antes mesmo de se instalar, ela já carregava seu pecado original: uma Assembleia Constituinte congressional. Além disso, boa parte dos eleitos não tem consciência de que ao assinar a Carta Magna, que deve reger as relações sociais do Brasil futuro, eles podem também estar assinando a pena de morte deste documento que ora começam a esboçar, sob pressão popular e lobby dos poderosos.

O autor destas observações é dom Celso Queiroz, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pessoalmente, ele não esperava muitas mudanças, mas guardava a esperança de que a nova Constituição Brasileira «desse os primeiros passos para modificar fundamentalmente as relações sociais». Mas, para ele, as esperanças esbarram sempre no vício original.

Apesar disso, o secretário-geral da CNBB acredita que o trabalho mais importante da Assembleia Constituinte está sendo feito independentemente dos congressistas: é a tomada de consciência da população brasileira sobre seus direitos. Dom Celso vê ainda outros avanços, entre eles, o fato de que os parlamentares, pela primeira vez, «parecem estar trabalhando».

Eleito em abril passado para a secretaria geral da CNBB, dom Celso Queiroz aponta as três razões principais — na sua opinião — que limitam os trabalhos da Assembleia. São seus «vícios originários», diz.

O primeiro desses vícios, afirma, «nasceu em setembro de 85, quando o PMDB rejeitou a proposta do então deputado Flávio Bierrembach, sugerindo uma Constituinte exclusiva. Essa também era a proposta da CNBB que, na ocasião, fez severas críticas à aprovação da assembleia congressional. «Ela tem três vícios origi-

nais» — disse dom Celso — que limitam sua atuação: primeiro, é uma Constituinte congressional; segundo, ela está sendo escrita no momento em que a vida partidária é frágil e descolorida e, em terceiro lugar, o mais grave de tudo, a Constituição está sendo atropelada pela conjuntura política e econômica. E, de repente, o que deveria ser o fato mais importante do país, fica para trás por causa da crise que chegou e a crise que vem por aí, colocando em cheque a grandeza da Constituição. Tudo isso faz com que a grande promessa que ela representava torne-se sem importância, porque está todo mundo agora mais preocupado em sobreviver, preocupados em comer, com a recessão».

Além desses vícios, dom Celso aponta ainda a outra grande falha da Constituição, decorrente do segundo fator problemático, a questão político-partidária. «Faz-se alianças com tomadas de posições institucionais, em troca de problemas conjunturais. As alianças que deveriam girar em torno de grandes temas se confundem com as alianças em favor de problemas políticos imediatos, por troca de cargos e empregos».

Embora preocupado com os fatores que impedem a Constituição avançar alguns passos para uma mudança, o secretário-geral da CNBB enumera também três pontos positivos nascidos com o processo da Constituição: os parlamentares estão realmente trabalhando. Não é um congresso constituinte relapso e isto é um dado novo no Brasil: até agora o povo tem tido acesso aos trabalhos, as entidades participam, opinam e isto é fruto de uma compreensão mínima do processo democrático, independente de um ou outro lobby e, em terceiro lugar, em consequência de uma maior participação popular, abre-se brechas importantes. Na ordem econômica, por exemplo, o direito de greve reconhecido com bastante amplitude, a jornada de trabalho reduzida e o respeito à vida, reconhecendo a

tortura como crime contra a humanidade, significa um avanço».

Quando à reforma agrária, um dos temas pelo qual a CNBB se dispõe a debater e defender, dom Celso ainda não vê ganhos. A reforma tem tido altos e baixos — diz o bispo — e corre sérios riscos. Se não for colocado no papel o viável, ela pode acontecer aos atropelos». Dom Celso vê ainda problemas com a subcomissão que estuda as comunicações. «Tudo indica — disse ele — que a luta vai ser grande, porque os latifundiários da informação, das comunicações, não abrem mão de seus privilégios. A sociedade civil deve ter alguma forma de controle sobre as comunicações e se isto não estiver escrito na Constituição, será uma perda irreparável, mas acredito que ainda há tempo de se conseguir alguns avanços nesse capítulo».

E a discussão entre parlamentarismo e presidencialismo é, para o secretário-geral da CNBB, uma «questão menor». No Brasil, alertou dom Celso, «o problema nunca foi na democracia política. Nosso problema é a democracia social. Se ela se realizar via presidencialismo, parlamentarismo ou regime misto, pouco importa. Essa é apenas uma discussão conjuntural. Um presidencialismo republicano puro, como é o caso do Brasil, onde o presidente da República tem prerrogativas semelhantes a um rei, está defasada, um parlamentarismo estilo europeu foram ditatoriais (Portugal, de Salazar), também está defasado. O importante é a democracia social e talvez um presidencialismo corrigido, com a imprensa livre».

«Mas tudo isso — completou dom Celso — pode vir por água abaixo. Quem está escrevendo esta Constituição pode também estar escrevendo sua vida e sua morte. Poucos parlamentares têm consciência disso. Ela pode começar a ser logo emendada porque ou se escreve uma Constituição para o país futuro, para um país moderno, ou se assina a pena de morte desta Constituição».